



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8484 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

**A LÓGICA MERCANTIL NAS POLÍTICAS SOCIAIS: DIMENSÕES DA PRIVATIZAÇÃO EDUCACIONAL EM FOCO**

Úrsula Adelaide de Lélis - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS

Maria Vieira Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

**A LÓGICA MERCANTIL NAS POLÍTICAS SOCIAIS: DIMENSÕES DA PRIVATIZAÇÃO EDUCACIONAL EM FOCO**

As implicações das relações entre as esferas pública e privada no âmbito educacional têm assumido dimensões multifacetadas e se substantivam por meio de diferentes formatos em contextos escolares e não-escolares, ensejando dinâmicas privatistas nas políticas sociais, e, em específico, na educação pública. Os processos de privatização no setor educacional assumem idiossincrasias, uma vez que não significam a venda de ativos públicos, mas se reverberam mediante a incorporação da lógica mercantil, tangenciando parcerias, acordos, convênios e programas entre os sistemas de ensino e entidades do setor privado ou do terceiro setor.

Os apoletas desse setor, ao preconizarem a suposta atomização entre Estado (primeiro setor), mercado (segundo setor) e sociedade civil (terceiro setor), atribuem a essa instância um papel articulador entre as dimensões públicas e privadas. Formado por um conjunto heterogêneo de entidades como organizações, associações comunitárias, filantrópicas ou caritativas, alguns tipos específicos de movimentos sociais, fundações, cooperativas e empresas autodenominadas cidadãs, o terceiro setor tem sido aclamado por se ocupar de questões sociais, voltadas para estratos empobrecidos da população (MONTAÑO; 2003). No entanto, temos como pressuposto que a ascensão e proliferação das ações desse setor têm contribuído para a potencialização do arrefecimento do sentido público da “coisa pública”, sazonalidade e aleatoriedade seletiva do tempo e do espaço no processo de oferta de programas sociais.

Tais processos têm sido candentes na realidade atual, todavia não são constructos do tempo presente e tampouco estão circunscritos ao campo educacional. A reforma do aparelho de Estado conduzida por Bresser-Pereira a partir de 1995, na realidade brasileira, deixou marcas indelévels nos processos da relação entre o setor público e privado, levando diversas

entidades da sociedade civil a assumirem responsabilidades básicas concernentes ao Estado.

O estado de Minas Gerais tem assumido protagonismo, em nível nacional, na implementação de Parcerias Público-Privadas (PPP), um dos instrumentos da reforma administrativa adotado no governo Aécio Neves (2003-2010) e que tem perpassado governos com distintos perfis políticos. No bojo dessas políticas, este trabalho se propõe a uma abordagem analítica sobre parcerias entre o sistema educacional mineiro com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)/Programa Meu Primeiro Negócio (MINAS GERAIS, 2017) e com o Instituto Unibanco/Programa Jovem de Futuro (UNIBANCO, s./d.), apreendendo aspectos concernentes à veiculação da lógica mercantil na formação de subjetividades juvenis. Utiliza-se dos procedimentos da revisão de literatura e da pesquisa documental, com abordagem quanti-qualitativa para esse fim.

O Programa Meu Primeiro Negócio selecionou 120 escolas estaduais mineiras para executar, em atividade extracurricular no contraturno, a formação “empreendedora” de estudantes do Ensino Médio. A partir dos eixos “aprender a ser”; “aprender a conviver”; “aprender a fazer” e “aprender a aprender”, objetiva-se gerar “[...] experiência prática em negócios, economia e gestão por meio da organização e operacionalização de empresas estudantis”, sob a perspectiva de que, assim, os jovens ingressarão no mercado de trabalho mais capacitados (MINAS GERAIS, 2017).

Para esse Programa, o governo mineiro buscou parceria com a Junior Achievement, uma das maiores organizações sociais mundiais incentivadoras de jovens para o mercado de trabalho. “Através do método ‘Aprender-fazendo’, pioneirismo em educação financeira, preparação para o mercado de trabalho e empreendedorismo, nós geramos caminhos para empregabilidade e criação de empregos” (JUNIOR ACHIEVEMENT, s./d, p. 5).



Fonte: [www.jabrasil.org.br/jabr/junior-achievement/institucional](http://www.jabrasil.org.br/jabr/junior-achievement/institucional)

O foco na formação para o mercado de trabalho, na lógica de uma proposta do Estado que busca a parceria com o privado, tem um senão próprio em que os estudantes são preparados para serem “empresas de si mesmos”, como já definiu Chauí (2013).

O SEBRAE compõe o Sistema S, que tem quase a totalidade da fonte de suas receitas advinda da contribuição cobrada das empresas que atuam no mercado formal e que estão fora do Regime Simples – programa que regula a tributação sobre micro e pequeno empresário.

Mantendo a lógica de transformar alunos em “pequenos empreendedores”, o SEBRAE tem, desde 2010, desenvolvido atividades pontuais na área da educação escolarizada, especialmente a pública, por meio do Programa Nacional Educação Empreendedora (PNEE).

O PNEE foi criado com o objetivo de romper com “[...] um modelo de prática educacional que privilegia a transmissão estática e a crítica de dados e informações sem estimular reflexões ou a aplicação dos saberes na forma de ações transformadoras” (SEBRAE, 2017, s./p.). Ao adotar esse posicionamento, a instituição assume uma crítica à educação escolarizada, especialmente a pública, apresentando o setor privado como lócus de qualidade e com capacidade superior de gestão do público.

Esta pretensa superioridade do privado sobre o público vem sendo contestada por estudiosos da área, que têm mostrado que, em verdade, o que há é um significativo repasse de verbas públicas para aquele setor, para que ele faça, sob as suas leis de funcionamento e ideologias, o serviço que, na origem, seria público. Só em 2017, o repasse de verbas da receita federal para o Sistema S foi de 16,4 bilhões de reais.

O Instituto Unibanco foi criado em 1982, para promover o investimento social privado do Unibanco, priorizando a sua atuação no campo educacional e assume dimensões amplas e aprofundadas sobre a organização e funcionamento do Ensino Médio da rede pública.

No ano de 2002, o Instituto (2019) redirecionou suas ações e passou a trabalhar prioritariamente com educação propondo-se a disseminar tecnologias educacionais ou metodologias que garantam a qualidade e efetividade das políticas públicas. A partir de 2007, com a criação do projeto Jovem de Futuro, a instituição se concentrou em atuar na melhoria do Ensino Médio público, por considerar essa fase estratégica para a formação da juventude e o desenvolvimento do país. Suas atividades incidem sobre diferentes instâncias do Ensino Médio: avaliação; currículo; metodologias de ensino e aprendizagem, e gestão da escola de forma coesa e bastante estruturada. O modelo de governança do Jovem de Futuro é composto de Comitês Operacionais e Comitês Estaduais, os quais visam assegurar o alinhamento estratégico, tático e operacional da parceria entre as secretarias estaduais de educação.

As ações do Instituto (s./d.) têm alcançado patamares de legitimidade no interior da esfera pública, mediante um discurso ufanista, redentor e pautado no autoelogio de seu trabalho. De acordo com seus propugnadores, a partir dos resultados exitosos nas metas de aprendizado de matemática e português, o Jovem de Futuro consolidou-se como uma tecnologia viável para reprodução em larga escala, e atualmente está em sua fase de disseminação, sendo desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência (SAE) e cinco secretarias estaduais de educação, como política pública estadual de ensino, no Ceará, em Goiás, no Mato Grosso do Sul, no Pará e no Piauí.

O trabalho de governança do Instituto Unibanco (2019) realiza também monitoramento do desempenho dos alunos, por meio do “Circuito de Gestão”, o qual diz respeito a um processo intitulado “Sistemática de Monitoramento e Avaliação de Resultados (SMAR)”. Tal processo visa analisar o desempenho das escolas e apresentar, três vezes por ano aos responsáveis das diversas instâncias da rede estadual de educação (escolas, diretorias regionais e Secretarias), os seguintes indicadores de resultado: frequência dos alunos, notas das avaliações internas bimestrais/trimestrais e nota das avaliações externas. As ações do Instituto são estruturais uma vez que têm alcances sobre múltiplos espaços: assessoria técnica às secretarias de educação e às escolas; atuação de agentes do Instituto no interior das secretarias de educação para garantir a execução do projeto; monitoramento constante dos indicadores de aderência do Jovem de Futuro nos estados, em articulação direta com os

gestores dos órgãos locais; disponibilização de insumos, procedimentos, protocolos, estratégias e mecanismos para que os gestores e as equipes técnicas “desempenhem suas funções de forma adequada”; elaboração de metas voltadas ao Ensino Médio em cada escola, para melhorar os índices dos estados; elaboração de um cálculo de metas com o objetivo de gerar corresponsabilização das diversas instâncias da educação com as escolas no atingimento dos resultados; cursos de capacitação para professores, gestores escolares e supervisores das Secretarias, que assumem um papel multiplicador nas escolas e nas redes de ensino; oferecimento de módulos de formação de professores presenciais e à distância com oferta de materiais de apoio para os conteúdos trabalhados; disponibilização aos professores de metodologias pedagógicas elaboradas pelo Instituto Unibanco; desenvolvimento de atividades com os estudantes; oferta de curso semipresencial de Gestão Escolar para Resultados de Aprendizagem; realização de oficinas de Protocolos de Gestão, destinadas aos supervisores, visando apoiar o uso dos protocolos de gestão escolar nas escolas; Oficinas de Protocolos para Visitas Técnicas, em que são trabalhadas as diretrizes e os materiais orientadores das visitas técnicas feitas às escolas para implantar o Circuito de Gestão e Seminários Estaduais de Gestão Escolar para Resultados de Aprendizagem.

Aviando, os discursos da eficácia da lógica privatista na educação presentes nos programas de Parcerias Público-Privadas camuflam as dinâmicas societárias de corte estrutural que aprofundam a exclusão social, visando a legitimidade e hegemonia do “capitalismo civilizado”. O processo em tela é constitutivo de um expressivo estabelecimento das conexões entre a dinâmica escolar e a dinâmica empresarial, os quais provocam de forma acentuada o ajustamento da escola ao universo mercantil e são reatoras das dinâmicas de poder, que historicamente segregam, excluem ou oprimem determinados sujeitos da arena educacional.

## REFERÊNCIAS

CHAUÍ, M. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

JUNIOR ACHIEVEMENT. **Sobre a Junior Achievement... no Brasil e no Rio**. Disponível em: <<https://www.jarj.org.br/page/5/>>. Acesso em: set./2020.

INSTITUTO UNIBANCO. **Relatório de Atividades**. 2019. Disponível em: <<https://www.institutounibanco.org.br/livro/relatorio-de-atividades-2019-jovem-de-futuro/>>. Acesso em: abr./2020.

\_\_\_\_\_. **Programa Jovem de Futuro**. s/d. Disponível em: <<https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/>>. Acesso em: ago./2020.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Programa Meu Primeiro Negócio**. 2017. Disponível em: <[www.meuprimeironegocio.mg.gov.br](http://www.meuprimeironegocio.mg.gov.br)>. Acesso em: ago./2019.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social** – crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SEBRAE NACIONAL. Educação Empreendedora. A proposta de Educação Empreendedora do Sebrae 2017. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/a-proposta-de-educacao-empreeendedor-do-sebrae>>. Acesso em: nov./2019.

